

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

EXPERIÊNCIA DE NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA NA UFPB

PROCESSO PARTICIPATIVO PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA, AMBIENTAL E
PATRIMONIAL DO PORTO DO CAPIM - JOÃO PESSOA - PARAÍBA

SESSÃO TEMÁTICA:

MORADIA DIGNA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: COMO OS ESTUDOS, PESQUISAS
E PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO ESTÃO AVANÇANDO?

Elisabetta Romano
Universidade Federal da Paraíba
elisabetta.romano@gmail.com

Camilla Furtado
Universidade Federal da Paraíba
camillaf.arqt@gmail.com

Ezio Luiz Martins Simões
Universidade Federal da Paraíba
eziostukearq@hotmail.com

Flávio Boaventura
Universidade Federal da Paraíba
flavioarquitetura@gmail.com

Marina Fontenele
Universidade Federal da Paraíba
marinaqfarquitetura@gmail.com

EXPERIÊNCIA DE NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA NA UFPB

PROCESSO PARTICIPATIVO PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA, AMBIENTAL E
PATRIMONIAL DO PORTO DO CAPIM - JOÃO PESSOA - PARAÍBA

RESUMO

Desde 1985, os moradores da Comunidade do Porto do Capim, em João Pessoa, convivem com o risco de remoção, decorrente de uma política de higienização e de espetacularização do centro histórico, que propõe instalar, justamente na área que eles habitam há mais de 70 anos, uma praça para grandes eventos e um parque público para turismo de massa. Em meados de 2012, com o intuito de se contrapor a essa ação, a comunidade, composta por aproximadamente 375 famílias, passou a se mobilizar para exigir uma participação ativa na concepção do projeto. Foi atendendo essa solicitação que, em 2015, com a mediação do Ministério Público Federal, e também com o apoio da Universidade Federal da Paraíba, foi dado início a um processo participativo visando a construção conjunta de um projeto alternativo para a requalificação da área. Nesse cenário, a partir de setembro de 2015, passaram a integrar a equipe também os quatro residentes da segunda turma do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, ministrado pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, e que encontrou na UFPB o campo apropriado para a realização da primeira experiência de nucleação do referido curso junto à outra instituição pública. As ações de assistência técnica desenvolvidas pelos residentes, se traduzirão em quatro projetos integrados, concebidos por meio de uma metodologia participativa, voltados para a defesa da preservação da comunidade tradicional ribeirinha Porto do Capim, a saber: "NOSSO MANGUE, NOSSA VIDA: Estratégias Integradas de Requalificação para a reforma das habitações ribeirinhas do Porto do Capim"; "ALÉM DOS TRILHOS: O mercado do Porto do Capim como pólo de integração da comunidade com a cidade"; "SE ESSA RUA FOSSE MINHA: Processo Participativo para a requalificação dos espaços públicos do Porto do Capim,."; "CONVIVENDO COM A ÁGUA EM HARMONIA: Requalificação Urbana e Saneamento, Assistência Técnica para a área da Frei Vital"

Palavras-chave: Requalificação Urbana; Projeto participativo; Comunidade tradicional; Assistência Técnica.

NUCLEATION EXPERIENCE OF THE TECHNICAL ASSISTANCE COURSE AU + E / UFBA IN UFPB

PARTICIPATORY PROCESS FOR URBAN AND ENVIRONMENTAL REGENERATION OF
PORTO DO CAPIM - JOÃO PESSOA - PARAÍBA

ABSTRACT

Since 1985, residents of the community of Porto do Capim in João Pessoa, live with the risk of removal, resulting from a hygiene policy and historic center spectacularization, which proposes to install, just in the area they inhabit for more than 70 years, a square for large events and a public park for mass tourism. In mid-2012, in order to oppose this action, the community, consisting of approximately 375 families, began to get mobilized to demand an active participation in the project design. In 2015, as a consequence of this request, with the mediation of the Federal Public Ministry, and with the support of the Federal University of Paraíba, a participatory process was initiated having as target the construction of an alternative project for the redevelopment of the area. In this scenario that, in September 2015, four residents of the second class of the course on Technical Assistance administered by the Federal University of Bahia, UFBA, joined the team, finding in UFPB the appropriate field for the realization of the first nucleation experience of that course in another public institution. As result of the technical assistance activities undertaken by residents, four integrated projects will be developed, using a participatory methodology, geared to the defend and preserve the traditions of the riverside community Porto do Capim. They are: "OUR MANGROVE, OUR LIFE: Integrated Renewal Strategies for reform the riverside dwellings of Porto do Capim "; "BEYOND THE RAILS: The market of Porto do Capim to improve the community integration with the city; "IF THIS STREET WAS MINE: Participatory process for the redevelopment of public spaces of the Porto do Capim "; "LIVING WITH WATER IN HARMONY: Technical Assistance for Urban Renewal and Sanitation in the area of Frei Vital"

Keywords: Urban requalification; Participatory project; Traditional community; Technical assistance.

1. CONSTRUÇÃO DO MAPA DOS DESEJOS

Desde 1985, os moradores da Comunidade do Porto do Capim, em João Pessoa, convivem com o risco de remoção, decorrente de uma política de higienização e de espetacularização do centro histórico, que propõe instalar, justamente na área que eles habitam há mais de 70 anos, uma praça para grandes eventos, além de um parque público dotado de equipamentos turísticos de massa. Tendo permanecido apenas uma intenção ao longo de 25 anos, em 2010 o projeto passou a contar com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal (especificamente o PAC-Rio Sanhauá e o PAC-Cidades Históricas), tornando a remoção cada dia mais iminente.

Em meados de 2012, com o intuito de se contrapor a essa ação, a comunidade, composta por aproximadamente 375 famílias, passou a se mobilizar para exigir uma participação ativa na concepção do projeto. Foi atendendo essa solicitação que, em 2015, com a mediação do Ministério Público Federal, e também com o apoio da Universidade Federal da Paraíba, foi dado início a um processo participativo visando a construção conjunta de um projeto alternativo para a requalificação da área.

A partir da solicitação do Ministério Público Federal - MPF, formulada em reunião no dia 30 de junho de 2015, para que os moradores do Porto do Capim elaborassem, com a assessoria técnica da UFPB, uma proposta alternativa para a Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim, foi dado início a um processo participativo que mobilizou a comunidade ao longo do mês de julho de 2015, e que resultou no documento intitulado Mapa dos Desejos, cuja síntese apresentamos a seguir.

O processo teve início com a análise do material entregue pela Prefeitura Municipal de João Pessoa ao MPF e, por esse último, repassado a representantes da comunidade, constando do material referente a dois projetos distintos: o do Parque Ecológico do Rio Sanhauá e do projeto Habitacional, este último, destinado à relocação de 400 famílias da comunidade. Apesar dos dois projetos terem sido elaborados de forma separada pela PMJP (o do Parque Ecológico do Rio Sanhauá pela SEPLAN e o Habitacional pela SEMHAB), a comunidade entendeu que, devido às múltiplas inter-relações existentes entre os dois, eles integravam um único projeto. Decorrendo disso ficou estabelecido que, do ponto de vista operacional, eles não apenas seriam avaliados de forma conjunta, como conjunta também seria a proposta alternativa da comunidade, abrangendo a área que vai da Vila Nassau até a Frei Vital, passando por todas as áreas intermediárias, sem solução de continuidade.

Para proceder a essa análise e, em paralelo, por em prática o processo de construção da proposta alternativa, foi utilizada uma metodologia participativa que, para essa fase, contemplou duas Oficinas (realizadas nos dias 8 de maio e 4 de julho de 2015), duas assembléias deliberativas (ocorridas nos dias 21 e 24 de julho de 2015) e uma apresentação pública (que teve lugar no dia 28 de julho). Para mobilizar a Comunidade e motivar os moradores a participarem ativamente do processo, as integrantes da Associação de Mulheres do Porto do Capim - AMPC atuaram como facilitadoras, intermediando todas as fases do trabalho, enquanto os professores e os extensionistas integrantes a equipe PROEXT-UFPB - Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim, monitoraram e registraram todo o processo.

As atividades iniciaram com o **Mutirão do Levantamento**, em que os próprios moradores registraram, com o auxílio da equipe técnica, não apenas as condições de suas casas, como também quantificaram os núcleos familiares que nelas residem. O resultado desse levantamento mostrou um quadro bastante complexo e heterogêneo, a partir do qual, variando o peso de alguns indicadores (como risco de alagamento, degradação, superlotação), foi possível compor três possíveis cenários de intervenção. Esses cenários foram então apresentados à assembléia de moradores que, por unanimidade, escolheu o cenário intermediário (Figura 1). Este, levado em conta as situações de risco, apontou para a permanência de cerca um terço das famílias hoje residentes na comunidade (126), a reforma de um terço das habitações (137) e a relocação das demais (112), em terrenos próximos à área.

	ÁREAS	PERMANÊNCIAS	REFORMAS	RELOCAÇÕES
Cenário 1	A PORTO DO CAPIM	76	57	17
	B1 VILA NASSAU - MANGUE	22	12	18
	B2 VILA NASSAU - GALPÃO	15	13	6
	C1 FREI VITAL - FRENTE	18	23	5
	C2 FREI VITAL - FUNDOS		11	21
	D PRAÇA XV	12	18	6
	E CURTUME			25
	TOTAIS	143	134	98
Cenário 2	A PORTO DO CAPIM	63	55	32
	B1 VILA NASSAU - MANGUE	16	26	10
	B2 VILA NASSAU - GALPÃO	18	9	7
	C1 FREI VITAL - FRENTE	15	25	6
	C2 FREI VITAL - FUNDOS		9	23
	D PRAÇA XV	14	13	9
	E CURTUME			25
	TOTAIS	126	137	112
Cenário 3	A PORTO DO CAPIM	80	36	34
	B1 VILA NASSAU - MANGUE	25	4	23
	B2 VILA NASSAU - GALPÃO	8	17	9
	C1 FREI VITAL - FRENTE	20	18	8
	C2 FREI VITAL - FUNDOS		1	31
	D PRAÇA XV	11	8	17
	E CURTUME			25
	TOTAIS	144	84	147

Cenário votado por unanimidade

Figura 1 - Quadro resumo das permanências, reformas e relocações para o Porto do Capim João Pessoa - Pb - Mapa dos Desejos -Proext, julho 2015

Dando continuidade ao processo participativo foi realizada, no dia 4 de julho, a segunda oficina, denominada **Mapa dos Desejos**, em que os moradores, cientes dos seus próprios direitos, puderam expressar livremente suas idéias, apontar as soluções, registrar seus desejos. O produto desse trabalho é uma planta de uso e ocupação do solo (Master Plan) em que são registrados os pontos sobre as quais há consenso entre a proposta da Prefeitura e a dos moradores da Comunidade; questões sobre as quais é possível encontrar uma solução compartilhada e outros pontos sobre os quais a Comunidade tem uma opinião contrária bastante consolidada (Figura 2).

EQUIPAMENTOS	LOCALIZAÇÃO		NEGOCIAÇÃO
ANCORADOURO	PORTO - PRAÇA XV	■	Secretaria do Meio Ambiente
CENTRAL CURSOS PROFISSIONALIZANTES	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA	■	IPHAN - SEBRAE
CENTRO COMUNITÁRIO	FABRICA DE GELO	■	IPHAN - Secretaria da Educação e Cultura
CENTRO CULTURAL	TESOURO PROVINCIAL	■	IPHAN e Secretaria da Educação e Cultura
COMÉRCIO LOCAL	CURTUME - PROSERV	■	Secretaria do Trabalho, Produção e Renda
CRECHE	ATUAL ESCOLA	■	Secretaria da Educação e Cultura - Municipal
ESCOLA FUNDAMENTAL	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA	■	IPHAN e Secretaria da Educação - Estadual
HABITAÇÕES A REFORMAR	PORTO - VITAL - NASSAU	■	Secretaria do Desenvolvimento Urbano
HABITAÇÕES A RELOCAR	GALPÃO-PRAÇA XV-VITAL CHARCO	■	Secretaria da Habitação Social
MERCADO PÚBLICO	GALPÃO	■	IPHAN - Secretaria do Trabalho, Produção e Renda
NOVAS HABITAÇÕES	CURTUME - PROSERV	■	Secretaria da Habitação Social
PARQUE PÚBLICO	NASSAU - PRAÇA XV - OFICINAS	■	Secretaria do Meio Ambiente
PARQUINHO INFANTIL EQUIPAMENTOS GINÁSTICA	CURTUME - PROSERV	■	Secretaria do Meio Ambiente
POSTO AVANÇADO UFPB	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA	■	IPHAN - UFPB
POSTO POLICIAL	FABRICA DE GELO	■	IPHAN - Secretaria de Segurança Pública e Cidadania
PSF	CURTUME	■	Secretaria da Saúde
QUADRAS POLIESPORTIVAS	CURTUME - NASSAU	■	Secretaria da Juventude, Esporte e Recreação
RELOCAÇÃO OFICINAS	PROSERV	■	Secretaria do Trabalho, Produção e Renda

■ CONSENSOS
 ■ NEGOCIAÇÕES
 ■ DIVERGÊNCIAS

Figura 2 - Quadro resumo dos consensos, negociações e divergências entre o projeto da PMJP para o Porto do Capim e o projeto alternativo, construído de forma participativa pela comunidade - Mapa dos Desejos -Proext, julho 2015

O que é apresentado a seguir é resultado preliminar da proposta alternativa de Requalificação do Porto do Capim (Figura 3), elaborada utilizando um processo participativo em conjunto com os moradores da comunidade e que portanto expressa, de forma inequívoca, a sua vontade. Para corroborar esta afirmação foram registrados os depoimentos de vários moradores, que se manifestaram durante a apresentação pública da proposta, ocorrida em 28 de julho de 2015, no largo do Quem Quem, na comunidade, na presença de representantes do MPF, da PMJP, da AMPC e da UFPB, e que contou também com a ampla participação dos membros da comunidade.

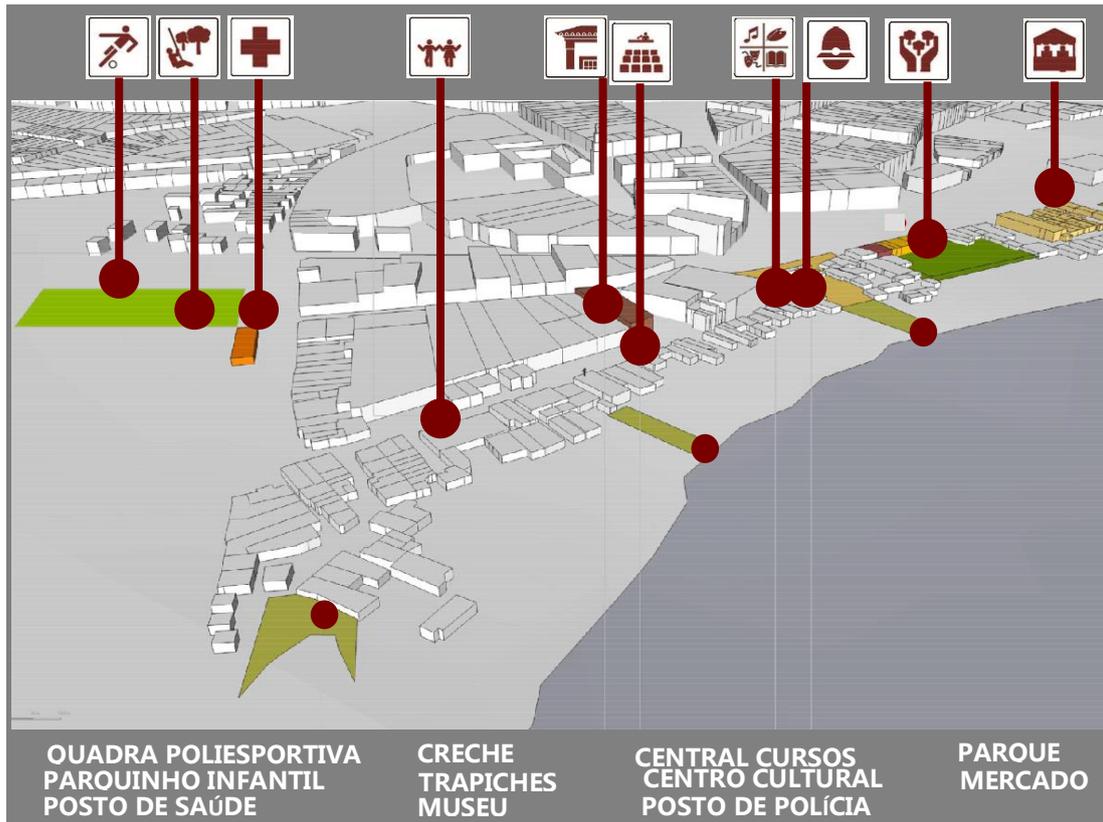


Figura 3 - Proposta alternativa de Requalificação do Porto do Capim, construída pelos moradores da comunidade utilizando um processo participativo - Mapa dos Desejos -Proext, julho 2015

Decorrente dessa experiência, movida também pelo intuito de não perder os recursos do PAC, a própria PMJP propôs, no dia 14 de dezembro de 2015, a constituição de um Grupo de Trabalho, formado por representantes de todas as partes envolvidas, que vem, desde então, se reunindo em busca de uma solução compartilhada.

2. ARTICULAÇÃO DO DIÁLOGO NA COMUNIDADE

A articulação dos Grupos de Trabalho- GTs foi fruto de um longo processo de sensibilização dos órgãos de controle e de intervenção do Estado e do Município, por meio dos encontros realizados ao longo do ano de 2015, e que tiveram seu ponto mais expressivo na Segunda Mesa Redonda sobre o Porto do Capim, ocorrida na UFPB no dia 19 de novembro de 2015, por ocasião da abertura do 38º Fórum Nacional de Pro Reitores de Extensão, momento em que a Pro Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB escolheu o caso do Porto do Capim como exemplo de extensão transdisciplinar, transformadora e articuladora da sociedade. A apresentação foi estruturada segundo os cinco eixos de atuação do Projeto de Extensão Porto do Capim, a saber: 1. Documentação e Memória; 2. Educação Patrimonial: Subindo a Ladeira; 3. Assessoria Jurídica Popular; 4. Requalificação Ambiental 5. Requalificação Urbana e Arquitetônica.

Estavam presentes na Mesa Redonda representantes do PROEXT e do RAU+E (programa de especialização para Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, promovido pela Universidade Federal da Bahia, em sua primeira experiência de nucleação na UFPB), o IAB, o CAU-PB, o MPF, o IPHAN, o IPHAEP e a Associação de Mulheres do Porto do Capim (representando a Comunidade). O debate foi aberto para toda a comunidade universitária e sociedade civil.

Foi justamente por ocasião desse encontro que o MPF tornou público, com base no parecer elaborado pelo antropólogo Ivan Soares Farias, o reconhecimento da comunidade como tradicional e ribeirinha e que, portanto, a partir desse dado, a mesma deveria ser enquadrada na Convenção nº169 da OIT, estabelecendo pressupostos para a defesa da permanência dos moradores no local. Devido também ao declarado apoio das instituições presentes acerca do respeito à tradicionalidade da Comunidade, o MPF agendou a reunião do dia 14 de dezembro de 2015, com o intuito de interromper o andamento das ações judiciais de reintegração de posse e promover o diálogo entre todas as partes interessadas (PMJP, UFPB, IPHAN e AMPC - Associação de Mulheres do Porto do Capim - representando a comunidade, visando a construção conjunta de uma nova perspectiva de intervenção.

A reunião do dia 14 de dezembro, realizada no MPF, teve uma importância determinante no desenvolvimento do processo pois, apesar de ter iniciado de forma muito tensa com o IPHAN enfatizando a importância da preservação do patrimônio histórico (material) e com os representantes da PMJP apontando a falta de qualidade das moradias do Porto do Capim e a necessidade de promover a preservação do meio-ambiente, acabou sofrendo uma guinada quando, a própria Secretaria Municipal da Habitação, Socorro Gadelha, propôs a criação de um Grupo de Trabalho, formado por representantes de todas as partes interessadas, que, a partir de 2016, iniciaria a se reunir para produzir um novo projeto.

Essa iniciativa, apesar de abrir novas perspectivas para o projeto do Porto do Capim, também colocou os representantes da Universidade e da comunidade perante o desafio de conciliar todos os condicionantes projetuais apresentados pela PMJP e pelo IPHAN, além da constante necessidade de ajustamento do projeto aos parâmetros dos programas federais vinculados à intervenção, PAC-Cidades Históricas e Programa MCMV.

Desta forma, no dia 28 de janeiro de 2016 ocorreu a primeira reunião entre os representantes da PMJP, MPF, UFPB, Defensoria Pública do Estado e da Comunidade Porto do Capim dando assim início às discussões no sentido de afinar os entendimentos para a elaboração de um projeto conjunto. Ficou reafirmado o acordo acerca da tradicionalidade da comunidade e, portanto, que as alternativas projetuais incidiriam no sentido da sua permanência, ressalvados os casos de risco físico da comunidade e do meio ambiente.

Nesta mesma ocasião ficou estabelecido que os integrantes do GT deveriam elaborar uma Matriz de Referência com a definição das relocações/permanências, com a indicação dos equipamentos a serem construídos e com a caracterização dos usuários e gestores dos empreendimentos, para finalmente confrontar o conjunto das ações propostas com os recursos disponíveis. Uma vez alcançado o consenso e registrado o mesmo na Carta de Intenções, esta deveria ser representada numa planta com a indicação qualitativa e quantitativa dos projetos a serem desenvolvidos (Master Plan). Esses projetos básicos, por sua vez, deveriam ser passíveis de dar condições à formulação dos Termos de Referência, e com isso possibilitar à PMJP lançar as Licitações Públicas correspondentes. Ao fim de cada etapa do trabalho, ficou acordado que seria realizada uma apresentação do resultado para os moradores da comunidade com a finalidade de levantar sugestões e de legitimar as decisões do grupo.

Realizado o planejamento, os trabalhos iniciaram com a unificação das bases cartográficas e com a junção do banco de dados geo referenciados, a partir dos dados levantados pela PMJP (prevalentemente sobre a situação socioeconômica dos moradores) e aqueles levantados pela equipe do PROEXT (focados mais no estado de conservação da unidades habitacionais). Em seguida o IPHAN apresentou os mapas do Potencial Arqueológico e das Convergências de Visibilidade para o Porto do Capim, indicando as restrições que iriam incidir sobre relocação e a permanência dos moradores no local. (Figura 4)

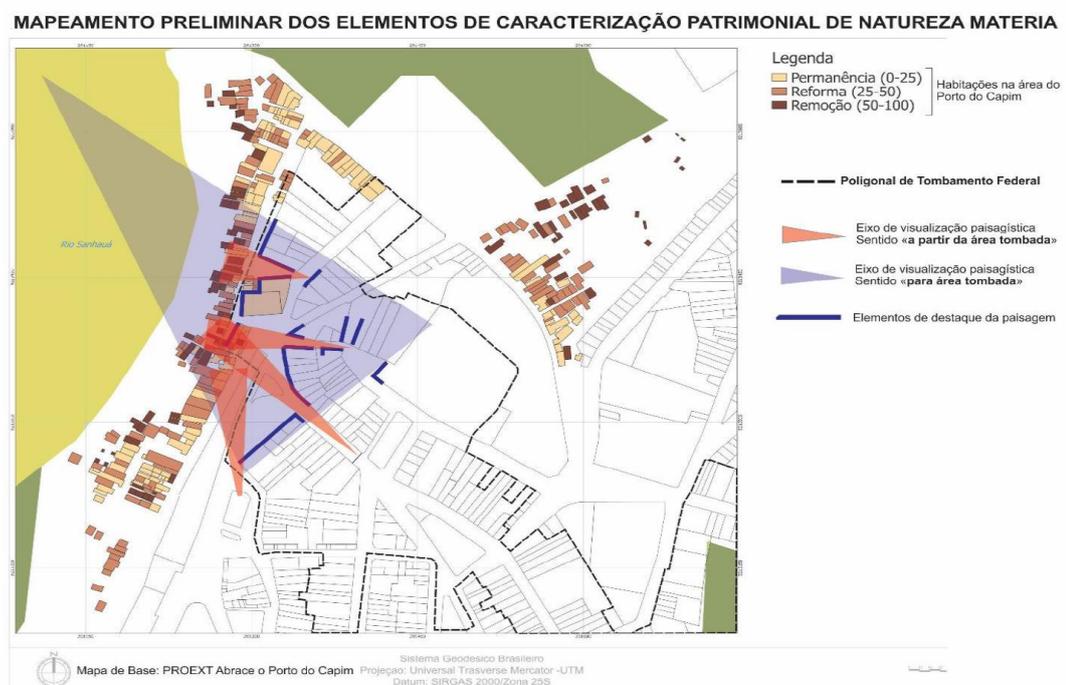


Figura 4 - Mapa do IPHAN-PB sobre o Potencial Arqueológico e Convergências de Visibilidade para o Porto do Capim

Dando continuidade aos trabalhos, foi a vez da PMJP apresentar suas condicionantes, desta vez ligadas a questões da estabilidade dos solos e do meio ambiente, indicando que o mesmo não oferece solidez e que o alto nível do lençol freático é um elemento impeditivo da implementação do saneamento básico. Por fim a PMJP mostra o laudo técnico elaborado pela empresa Acquaplan de que a região é sujeita a risco de alagamento por ocasião das marés altas excepcionais (marés de sizigia), todos fatores estes que se somam e que colocam em risco a permanência da comunidade. A partir desta apresentação, representantes da comunidade mostraram indignação perante a constatação de que todas as condicionantes apontavam para a remoção da comunidade e, em sua defesa relataram que, ao longo dos mais de 40 anos de permanência no local, nunca ter ocorrido o registro de nenhum episódio de desmoronamento.

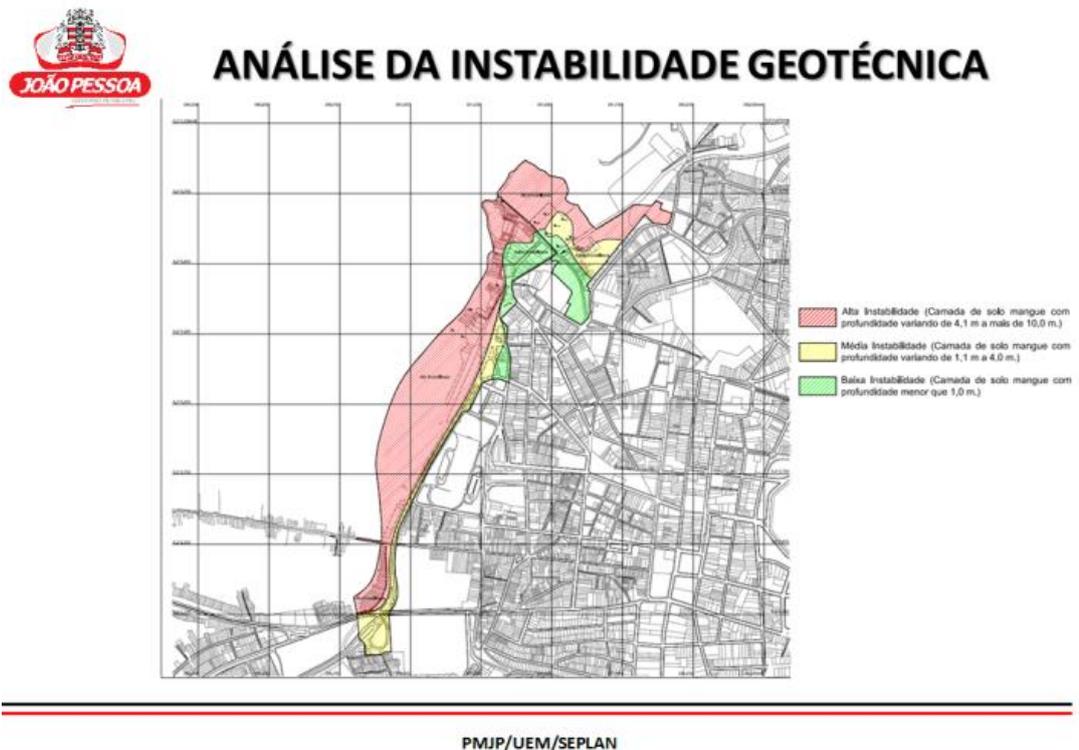


Figura 5 - Mapa da SEPLAN indicando os resultados da análise geotécnica da estabilidade dos solos na área do Porto do Capim

Nesta mesma reunião a equipe do PROEXT, por sua vez, levantou questionamentos sobre o fato da PMJP também propor, em seu projeto, edificações na mesma área, e da existência, na mesma área apontada como inadequada para construção, de edificações públicas, como escola, igrejas e galpões. Também nesta reunião, devido à existência no Porto do Capim de quatro edificações tombadas, foi decidida a formação de um GT específico, denominado de Patrimonial, para estabelecer a forma de compatibilizar os usos previstos pelo IPHAN para estes edifícios com aqueles indicados pela continuidade por ocasião da elaboração do Mapa dos desejos.

Após este ciclo de reuniões, que se sucederam praticamente sem interrupção ao longo de dos meses de Fevereiro e Março de 2016, ficou registrado como saldo do diálogo entre as partes envolvidas, a necessidade da Comunidade, do PROEXT e do RAU+E apresentarem soluções ou contrapontos aos argumentos geotécnicos e de saneamento básico colocados pela PMJP e pelo IPHAN, uma vez que os mesmos se tornaram fundamentais para a definição das permanênciaXrelocação das habitações presentes na área.

Por outro lado, no dia 16 de abril foi feita uma consulta à Comunidade do Porto do Capim, na presença também de representantes do MPF e da DPU, ocasião em que foi manifestado o desejo dos moradores para que fosse dada continuidade ao diálogo em busca da legitimação de seus direitos, e finalmente quanto ao reconhecimento da importância do papel, desempenhado pelo MPF, ao se posicionar de forma clara e inequívoca quanto à defesa da permanência da comunidade em seu local de origem.

3. COSTURAS URBANAS

A partir do voto de confiança dado ao PROEXT por parte da comunidade, e tendo em vista a grande complexidade dos trabalhos a serem desenvolvidos, cada equipe se debruçou sobre seu problema específico ficando sob a responsabilidade do projeto Documentação e Memória a elaboração de um Laudo Antropológico para demonstrar o importante papel da população local na preservação dos bens patrimoniais da própria comunidade, enquanto os membros do projeto de Requalificação Ambiental se concentraram no documento sobre as marés, demonstrando a mitigação dos efeitos da mesma ao adentrar-se pelas bacias hidrográficas.

Dentro da distribuição das tarefas, ficou a cargo do projeto de Requalificação Urbana a responsabilidades de dar resposta às questões relacionadas ao risco de alagamento e à viabilidade de implantação do sistema de saneamento básico para as habitações ribeirinhas além de elaborar, no geral, a representação gráfica das soluções projetuais para o Porto do Capim para servir de subsídio à Carta dos Consensos, ou seja, o Master Plan da área. Devido à amplitude e à complexidade do trabalho, ficou estabelecido que os alunos da disciplina de PE V (Projeto de Edificações V) do período 2016.1 dariam suporte ao projeto, possibilitando assim que os mesmos se envolvessem numa atividade de caráter extremamente prático e totalmente fundada numa problemática real. O processo projetual, inerente a disciplina de Projeto V, recebeu o nome de Costuras Urbanas, tendo em vista o seu caráter de união entre a área trabalhada e a malha urbana da cidade, fazendo referência a uma requalificação urbana da Comunidade Porto do Capim como um todo.

A primeira necessidade foi subdividir o Porto do Capim de acordo as características de cada área, definindo cinco categorias espaciais que, por apresentarem problemáticas e potencialidades parecidas, permitiram que cada grupo desenvolvesse estudos focados na superação da maior dificuldade ou na valorização da maior potencialidade para aquela área específica, a saber: NOSSO MANGUE, NOSSA VIDA: Estratégias Integradas para a reforma das habitações ribeirinhas; CONVIVENDO COM A ÁGUA EM HARMONIA: Requalificação Urbana e Saneamento para a área da Frei Vital; MÃOS NA MASSA, FAZ A CASA: Autoconstrução assistida; SE ESSA RUA FOSSE MINHA: Processo Participativo para a requalificação dos espaços públicos do Porto do Capim; ALÉM DOS TRILHOS: O mercado do Porto do Capim como pólo de integração da comunidade com a cidade.

Para dar início aos trabalhos foi realizada a oficina Banho de Realidade, em que os estudantes, organizados em grupos, saíram a campo para o reconhecimento da área de estudo. Antes de iniciar a visita, cada grupo recebeu um mapa da comunidade e instruções da metodologia a ser utilizada durante a oficina. Ao lado do mapa, deveriam ser feitas anotações do que os estudantes fossem considerando importante para o desenvolvimento do diagnóstico, a indicação do percurso feito e das fotos tiradas, bem como anotações de eventuais idéias e soluções que cada um pudesse ter. Esse processo foi carinhosamente apelidado de Oficina do P pois a síntese de suas etapas são: Percursos perceptivos, Problemáticas e Potencialidades, Projetos correlatos e Propostas Projetuais. Como resultado da oficina, cada grupo produziu um pôster (Figura 07), indicando o recorte de estudo, os percursos realizados, a localização das fotos mais representativas, o diagnóstico e as possíveis soluções.



Figura 7 - Exemplo de trecho de um dos cinco posters que integram o resultado da Oficina "Banho de realidade" realizada como primeira atividade dos alunos da disciplina de projeto V no Porto do Capim

A partir de uma vivência *in loco*, foi feito um diagnóstico onde foram identificadas potencialidades e problemáticas, com base em cinco fatores: mobilidade, características urbanísticas, sustentabilidade, ambientais e patrimoniais. A partir destes enfoques foram desenvolvidas proposições projetuais a nível arquitetônico e urbano.

Essa separação, fruto da necessidade de uma melhor distribuição de trabalho entre os alunos ao longo do período (Figura 08), acabou não sendo de impedimento à troca de informações entre eles, mesmo quando pertencentes a grupos distintos, devido à constante necessidade de se inteirar das decisões do grupo "vizinho" por causa das implicações que as mesmas teriam nas decisões projetuais inerentes à própria área. O resultado prático dessa forma de organizar o trabalho, foi que os alunos acabaram agindo como se integrassem um único grande atelier de projeto, possibilitando que as contribuições de uns fossem rapidamente assimiladas entre os demais, como no caso da definição de um sistema construtivo de componentes pré fabricados em argamassa armada, que acabou sendo utilizado em todos os projetos de novas habitações para a área do Porto do Capim.



Figura 8 - Diagrama representando a separação do trabalho dos alunos da disciplina de Projeto V em três Unidades distintas, indicando os produtos resultantes de cada uma delas

Na impossibilidade de se registrar nessa sede o resultado de todos os grupos, foi escolhido, para exemplificar a metodologia utilizada pelos alunos da disciplina, o grupo que se responsabilizou pelas soluções projetuais para a área denominada de ALÉM DOS TRILHOS (Figura 09), nome este que parte do traçado de uma linha férrea que perpassa a inteira comunidade do Porto do Capim.

Esta pré existência, ao mesmo tempo que representa uma enorme potencialidade de integração física e espacial para a comunidade, por outro lado também a segrega do restante da malha urbana de João Pessoa.

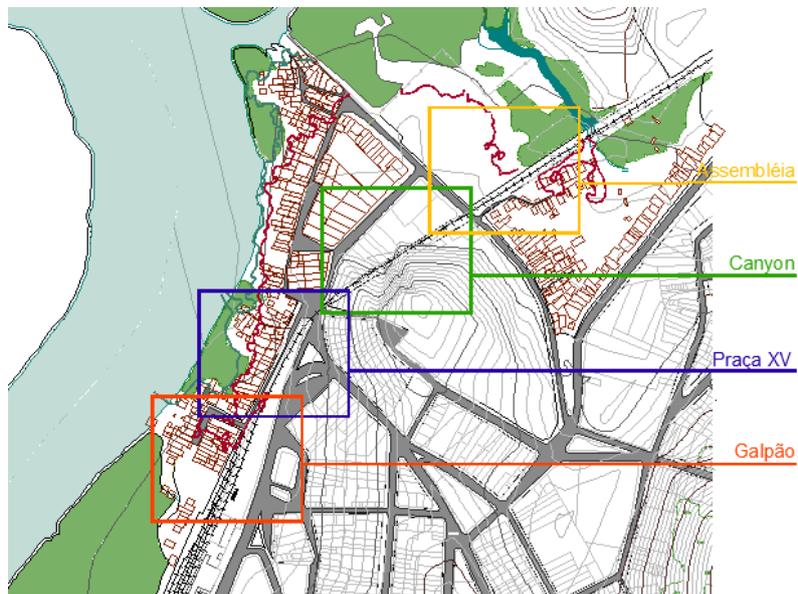


Figura 9 - Mapa do Porto do Capim com a demarcação das áreas de atuação dos alunos da disciplina de Projeto V integrantes o grupo ALÉM DOS TRILHOS

O primeiro conjunto de soluções a serem apontadas se refere à área denominada Galpão, devido à pré existência no local de um armazém, utilizado quando o porto ainda estava em atividade.



Figura 10 -Planta da área do Galpão com a indicação das soluções projetuais apontadas para a requilificação urbana e arquitetônica da área do Porto do Capim, elaborada pela aluna da disciplina de Projeto V Évila Cristiane Araruna, com a coordenação do residente Ezio Luiz Martins Simões

O fator **mobilidade** foi trabalhado utilizando uma faixa de desaceleração do trem, além de uma delimitação do piso por meio de piso de alerta, permitindo uma maior segurança na travessia dos deambulantes. Em relação aos aspectos **urbanísticos**, os mesmos foram trabalhados de forma a requalificar o campinho (localizado ao lado do local onde foi projetado o mercado) e as zonas de transição do mercado, ressaltando a permeabilidade visual do mercado.

Além disso, a ligação com a malha urbana da cidade foi pensada por meio de uma continuidade de piso, que liga o mercado à praça Álvaro Machado (localizada logo à frente do galpão), propondo que as duas praças venham a formar um único espaço público, sem solução de continuidade. Em relação aos aspectos **construtivos**, foi decidido, indo ao encontro de uma das sugestões dadas por membros da comunidade quando da elaboração do Mapa dos Consensos, pela instalação de um mercado público, visando a dupla função desse equipamento tanto para os habitantes da cidade de João Pessoa como para os próprios moradores da comunidade.

A intenção é que o edifício permita a multiplicidade de usos, servindo como um equipamento de uso público e oportunidade de integração social, aumentando a vivacidade do local. No item **infraestruturais** foi pensando um estacionamento a fim de abarcar as necessidades dos equipamentos implantados nesta área. E por último, no que concerne a questão da **sustentabilidade**, foi apontada a necessidade de recuperação de áreas degradadas, em muitos casos decorrentes do despejo no local de canalizações de águas pluviais, provenientes da cidade alta, por parte da PMJP, sem o devido tratamento.

Seguindo o trilho, é possível se deparar com a área denominada de Praça XV, área central do antigo Porto e que por isso ainda conserva vestígio do antigo cais. Devido a sua posição central em relação à inteira comunidade e pelo fato de ser a área de maior visibilidade quando o visitante desce a ladeira João Suassuna, a mesma foi pensada para se configurar como portal de entrada ao parque ecológico proposto para o local. Uma das problemáticas que pesam sobre essa área é que a mesma recebe todo o fluxo de veículos da Avenida Sanhauá, inclusive os de grande porte, como os ônibus, tendo em vista que é a via que liga o centro histórico de João Pessoa ao terminal de integração. Para mitigar esse problema foi considerado o plano de implantação de VLT na cidade de João Pessoa, que ao prever a retirada do terminal de integração da atual localização, prevê para a área a circulação de transporte urbano de pequeno porte (micro ônibus elétricos), específicos para circularem no centro histórico.

Mesmo com a adoção dessas duas soluções, torna-se ainda necessário tomar alguns cuidados no que diz respeito à **mobilidade**, por exemplo a implantação do *Shared Space* na

citada avenida, impondo a redução da velocidade dos veículos que por ela venham a transitar.

Em relação às soluções **urbanísticas**, o ponto focal é a Praça XV, que voltaria a se tornar uma única praça e não mais desmembrada em duas partes, cortadas pela linha férrea. A proposta de urbanização prevê a implantação de pontos de comércio e de lazer, visando o aumento da vivacidade da mesma. Acerca da **sustentabilidade** aponta-se para a utilização de pavimentação permeável, nas áreas necessárias, além da implantação da coleta seletiva de resíduos. Do ponto de vista **ambiental** orienta-se a utilização de equipamentos de conscientização ecológica, além da criação de uma faixa de proteção do mangue. Por último, as soluções relacionadas ao aspecto **patrimonial** se traduzem na revitalização da antiga Fábrica de Gelo e na recuperação da estrutura do antigo cais. Todas as soluções acabam se integrando no um parque Ecológico do rio Sanhauá, proposto pela PMJP e rebatizado pelos moradores da comunidade com o nome de Parque do Porto. Só o tempo dirá qual dos dois nomes irá vingar.



Figura 11 - Planta da área da Praça XV com a indicação das soluções projetuais apontadas para a requilificação urbana e arquitetônica da área do Porto do Capim, elaborada pelo aluno da disciplina de Projeto V Igor Chagas Dantas, com a coordenação do residente Ezio Luiz Martins Simões

Mais adiante a linha férrea adentra uma espécie de túnel a céu aberto, e por isso mesmo denominada de Canyon, por beirar uma região de topografia bastante acentuada, situação esta que, se por um lado se torna uma das grandes problemáticas encontradas para o desenvolvimento de soluções projetuais, também estimulou a criatividade para que fossem propostas soluções origináveis e exequíveis. Em relação à **mobilidade** foi proposta a criação de uma passagem de pedestres alternativa para servir de ligação entre o Largo São Frei Pedro Gonçalves e a área denominada de Frei Vital, facilitando o acesso dos moradores ao local e seu caminho em direção à cidade alta. Essa foi projetada segundo um formato sinuoso, a fim de vencer o grande declive topográfico presente no local o que, de certa forma, aumenta seu apelo paisagístico, podendo se tornar um ponto de atração turístico por desfrutar de um belo panorama sobre o rio Sanhauá e o belo espetáculo que este oferece ao por do sol.

O tratamento **urbanístico** de toda esta área possibilitará a diversidade de usos, aumentando ainda mais a vivacidade do local. Em termos de **sustentabilidade**, é incentivado a implantação de hortas comunitárias, visando a educação ambiental dos moradores, além de representar uma fonte de renda e de produção dos próprios alimentos, sem esquecer da oportunidade de socialização para os mesmos (Figura 12).



Figura 12 - Planta da área denominada Canyon com a indicação das soluções projetuais apontadas para a requalificação urbana e arquitetônica desta área do Porto do Capim, elaborada pelo aluno da disciplina de Projeto V Thiago Cândido da Silva, contando com a coordenação do residente Ezio Luiz Martins Simões

O último trecho da linha férrea que atravessa o Porto do Capim, constitui o limite entre as áreas do Curtume e da Frei Vital. Esta área foi denominada de Assembléia devido à pré existência no local de uma Igreja pertencente a Assembléia de Deus. No que concerne à **infraestrutura** foi sugerido realizar em toda essa área um aterro, para igualar a cota com a da linha férrea e assim resolver os todos os problemas de alagamento e de escoamento de esgoto das residências que ali se encontram. Ao propor esta solução fica implícito a necessidade de construir novas casas, nom mesmo local, sendo a igreja a única construção passível de ser preservada por permitir a elevação de seu piso até a cota necessária.

Para esta área, em termos **urbanísticos**, foi proposto inicialmente se proceder a uma operação de drenagem e de saneamento integral da área, tendo em vista a proximidade de um córrego responsável pelo alagamento da inteira região. É também sugerido o alargamento do canal do córrego, a fim de comportar maior vazão em tempos de cheia. Sempre em relação à questão urbana é proposto um estacionamento na área do Curtume, visando amenizar o problema causado pelos caminhões das madeireiras, que hoje param nas ruas da comunidade, além de proporcionar uma área de apoio para os caminhoneiros (Figura 13).



Figura 13 - Planta da área denominada Assembléia com a indicação das soluções projetuais apontadas para a sua requalificação urbana e arquitetônica, elaborada pelo aluno da disciplina de Projeto V Alan Gomes Trindade Gaudino Silva, contando com a coordenação do residente Ezio Luiz Martins Simões

3. CONCLUSÃO

A idéia de associar os alunos da disciplina de Projeto V (**graduação**) às atividades do projeto de requalificação do Porto do Capim (**extensão**), contando com a colaboração dos alunos do curso de especialização da Residência em AU+E (**pós graduação**), decorrente da necessidade dar resposta, em curto espaço de tempo, à demanda formulada pela PMJP e pelo IPHAN de soluções técnicas para os problemas mais emergentes da área, acabou se transformando numa experiência didática inédita, fonte de inspiração para futuras ações análogas.

Do ponto de vista da **graduação**, ao se deparar com os problemas reais vividos pelos moradores da comunidade, os alunos tiveram que focar seus trabalhos visando encontrar soluções práticas, de fácil execução e de baixo custo, decorrendo disso um grande aprendizado. Por outro lado, a experiência de coordenar equipes formadas em média por quatro alunos foi, para os estudantes de **pós graduação** (residentes) uma grande oportunidade de confrontar suas idéias e de colocar em prática as técnicas alternativas de atuação em comunidades, apreendidas no curso de especialização. Finalmente, para o projeto de Requalificação do Porto do Capim, a participação dos alunos de graduação e de pós graduação nas atividades de **extensão** foi uma condição *si nequa non* para o cumprimento dos objetivos do projeto, possibilitando que equipe assim formada produzisse, no breve arco temporal de um único período letivo, um material de tamanha profundidade, consistência técnica e perfeitamente passível de ser posto em prática.

Como reflexão final dessa experiência, é possível afirmar que a conjunção das atividades de **graduação**, **pós graduação** e de **extensão** num único objeto de estudo, que no caso do Porto do Capim acabou resultando da necessidade de se formular respostas rápidas e consistentes aos problemas da comunidade, acabou resultando numa dinâmica de inserção social da Universidade, que além de extrapolar as expectativas iniciais, mostrou o grande potencial desse tipo de atuação em ações futuras, de mais amplo porte.

5. BIBLIOGRAFIA

Andrade, Paulo A. F.; Ribeiro, Edson L.; Silveira, José Augusto L. *Metamorfose do locus central na cidade de João Pessoa. Paraíba: final do século XIX ao início do século XXI*. Portal vitruvius, Arqutexto nº 89_03. Publicado em 03 de junho de 2008.

Arantes, Pedro Fiori; HIRAO, Flávio Higuchi; Lazarini, Kaya. *Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo. A experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST)*, 2010.

Araújo, Vera Lúcia. *As Transformações na Paisagem do Porto Do Capim: leituras de uma paisagem urbana*. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba/CCEN, 2006.

BARONE, Ana Cláudia Castilho; Dobry, Sylvia Adriana. "Arquitetura participativa" na visão de Giancarlo del Carlo. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 15, p. 018-031, 2004.

Braga, Emanuel Oliveira; Moraes, Carla G. M. S. M.; Souza, Kleber Moreira de; et al. *Dossiê: Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau*. UFPB, 2012.

Brasil. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.pedala.df.gov.br/sites/400/408/00000082.pdf>

Catarino, Acácio José Lopes; Moraes, Hugo Belarmino de; SILVA, Maria Araci Farias; Gonçalves, Regina Célia. *Relatório Técnico Multidisciplinar Comunidade Porto do Capim. PROEXT*, 2015.

Clemente, Juliana Carvalho. *Vazios urbanos e imóveis subutilizados no Centro Histórico tombado da cidade de João Pessoa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental (PPGEUA). João Pessoa, 2012.

De Souza, Carolina Herrmann Coelho et al. *Processo de Projeto Participativo: Criação em Arquitetura Sócio-Ambiental para o Núcleo Amigos da Terra (CASANAT)*.

Gonçalves, Helena Tavares. *O Porto e a Casa: Dinâmica de transformação no suo do espaços do centro histórico de João Pessoa*, 2014.

Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Paraíba. *Memórias Ribeirinhas: Porto do Capim*. João Pessoa, IPHAN/Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2011.

Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo de Tombamento nº 1.501-T-02, "Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba"*. João Pessoa, IPHAN, 2002.

MOURA Filha, Maria Berthilde. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: séculos XVI- XVIII*. IPHAN, João Pessoa, 2010.

Nascimento, Pablo Honorato. *Relatório de Violações aos Direitos Humanos no Processo de Implantação do PAC – Cidades Históricas e PAC – Sanhauá na comunidade Porto do Capim*. UFPB, 2015.

Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. *Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade*. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<http://www.residencia-aue.ufba.br>> Acesso em: abril de 2016.

Silva, Akene Shionara Cardoso da. *Análise visual das transformações na paisagem do Porto do Capim ao longo do século XX e início do século XXI: uma proposta metodológica para o uso de imagens*. Monografia (Bacharelado em Geografia). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba/CCEN, 2014. Varadouro. Soneto em Preto e Branco. João Pessoa, Gráfica JR, 2002.